

Diário Popular 20.5.81

ONTEM EM LISBOA

IMPEDIDA UMA REUNIÃO DA RENAMO

O Ministério da Administração Interna impediu, ontem, uma reunião da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) com a Imprensa, num hotel de Lisboa.

Dois subchefes à paisana do Comando-Geral da PSP interromperam o encontro a meio, exibindo a cópia de um despacho assinado pelo coronel Matoso Ramalho, segundo uma directiva conjunta dos Ministérios da Administração Interna e dos Negócios Estrangeiros.

A directiva afirmava que, por «indicação verbal», a Polícia teve conhecimento desta conferência de Imprensa por elementos contrários ao Governo da República Popular de Moçambique.

Mas o representante da RENAMO, Jorge Correia, protestou contra a proibição do Governo, considerando-a uma violação do direito de expressão consagrada na Constituição.

Antes de a sessão ter sido interrompida o delegado daquela organização na Europa avisou os estrangeiros residentes em Moçambique para «abandonarem» o País, pois poderão ser alvo de ataques no âmbito da «guerra total» em curso.

«Antes de o Governo moçambicano assinar o pacto de Incomati com a África do Sul, Maputo

acusava a RENAMO de ser uma organização fantoche de Pretória mas, agora, são eles próprios que estão nas mãos da África do Sul», disse Correia, acrescentando que «Samora Machel é um moleque da África do Sul».

A RENAMO declarou possuir, neste momento em cativeiro, dois cidadãos soviéticos, um do Sri Lanka e três outros cuja nacionalidade não revelou.

O movimento rebelde declarou que o acordo recentemente assinado com a URSS terá de ser negociado antes de estes dois cidadãos serem libertados, pois Moscovo não cumpriu o segundo ponto do acordo, que previa o fornecimento de armas aos guerrilheiros da organização.

O primeiro ponto, cumprido pela URSS, obriga este país a remeter os seus cidadãos para Maputo, de onde seriam posteriormente retirados.

O porta-voz para a Europa da Resistência Moçambicana disse que «só com o aval da RENAMO haverá transporte da energia eléctrica de Cabora Bassa. As conversações dizem-nos respeito e nós definiremos as condições, mas tem de haver contrapartidas de Portugal e da África do Sul para que nós deixemos passar a energia» — referiu Jorge Correia aos jornalistas.